

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

ATA NÚMERO DOIS / DOIS MIL E DEZOITO

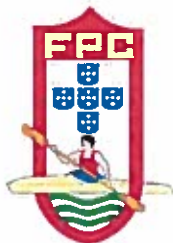
Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos, no imóvel sito na Praça Duque de Saldanha, nº 1, em Lisboa, reuniu-se o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem.

A presente reunião foi convocada pelo Senhor Presidente do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem, nos termos e para os efeitos previstos no número 1 do ponto 9.2 do ponto 9 do Regulamento Disciplinar desta Federação, tendo nela estado presentes todos os seus membros, os quais se pronunciaram sobre a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Decisão final relativa ao processo disciplinar instaurado ao atleta arguido [REDACTED] [REDACTED] após parecer da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADOP).

O Conselho de Disciplina deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de decisão final referente ao processo disciplinar instaurado ao atleta arguido [REDACTED] a qual foi preparada, elaborada e apresentada pelo vogal relator Renato Gonçalves, proposta essa que se dá por integralmente reproduzida nesta parte da ata e que fica anexa à presente ata, constituindo parte integrante da mesma, para os devidos efeitos legais e processuais.

Assim, e nos termos da proposta acima indicada, o Conselho de Disciplina deliberou:



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

1 - A aplicação ao Arguido [REDACTED], da sanção disciplinar de SUSPENSÃO DA ATIVIDADE DESPORTIVA POR UM ANO, correspondente ao previsto e regulamentado nos artigos 39º, nº3, e 44º, do Regulamento Disciplinar da FPC e nos números 1 e 3 do artigo 67º (considerando-se igualmente o artigo 63º, nº2, alínea a)) da Lei nº93/2015, de 13 de agosto, consolidando a deliberação que já tinha tomado sobre esta matéria, uma vez que a mesma obteve a adesão da ADOP;

2 – A suspensão do referido Atleta, nos termos mencionados no ponto anterior, produzirá efeitos imediatamente.

3 - A decisão tomada deverá ser notificada ao arguido, nos termos legais e regulamentares devidos e aplicáveis.

4 – A presente decisão deverá ainda ser remetida, em cópia, à ADOP, para conhecimento.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente reunião cerca das vinte e uma horas e quarenta e quatro minutos, lavrando-se a devida ata com duas páginas, sendo a primeira rubricada e a última assinada por todos os membros do órgão.

O Presidente, Fernando Paulo Ferreira

O Vogal, Manuel Portugal Lage

O Vogal, Renato Gonçalves



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

PROPOSTA DE DECISÃO FINAL

Do terceiro trimestre de 2016 ao 1º trimestre de 2017, apesar de devidamente notificado pelos serviços competentes da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADOP), o Atleta [REDACTED] [REDACTED] terá incumprido três vezes o Sistema de Informação sobre a Localização dos Praticantes Desportivos (SILPD), estabelecido pela Lei nº38/2012, de 28 de agosto, de acordo com o ofício nº337/GJ/2017/MB, de 12 de setembro último, remetido pela ADOP à Federação Portuguesa de Canoagem (FPC), notificando esta última para a abertura do subsequente procedimento disciplinar.

Com base nesses três incumprimentos do SILPD, em que se alegava que o Arguido não forneceu informação precisa e atualizada sobre a sua atualização nem prestou qualquer informação ou fundamentação atendível que desculpabilizassem tais incumprimentos; da notificação da ADOP recebida na FPC; da suspeita de violação pelo Arguido de deveres a que está sujeito nos termos dos normativos em vigor (v.g. na Lei nº93/2015, de 13 de agosto; e na Portaria nº11/2013, de 11 de janeiro) e correspondentemente colocando-se em situação de poder vir a ser abrangido pelas punições previstas quer na Lei nº 93/2015, de 13 de agosto, quer nos Regulamentos de Anti-Dopagem e Disciplinar da FPC, foi instaurado processo disciplinar ao Arguido acima nomeado, atleta federado registado com a Licença Federativa nº [REDACTED]

Após análise e enquadramento legal dos factos apresentados, em sede de instrução, foi elaborada e notificada a correspondente Nota de Culpa (doravante NC) ao Arguido, que se anexa e faz parte integrante desta proposta, o qual apresentou defesa escrita, no uso do seu legítimo e legal direito.

Na defesa escrita, resumidamente, o Arguido:



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

- Aceitou como verdadeiros os factos vertidos na NC;
- Alegou ter sido notificado pela ADOP em 14 de setembro de 2017 que já não se encontrava no Grupo Alvo do SILPD;
- Acrescentou que os incumprimentos em causa ocorreram porque o Arguido estava numa fase em que ponderava o abandono da modalidade;
- Apesar disso, enviou o relatório referente ao 1º trimestre com apenas 5 dias de atraso;
- Mais aduziu que, entretanto, por um conjunto de fatores pessoais e oportunidades que surgiram, decidiu prosseguir com a prática da modalidade, bem como com as subsequentes obrigações perante a ADOP;
- Afirmou ser praticante federado há pelo menos vinte anos, representando o País na Seleção Nacional desde 2003, contribuindo para prestigiar a canoagem nacional;
- Referiu não ter tido, durante esse período, qualquer decisão condenatória em procedimento disciplinar;
- Alertou para a eventualidade de uma suspensão neste momento (presume-se tendo em conta a sua idade e o nível a que compete) poder afastá-lo definitivamente da competição na modalidade;
- Reconheceu ter incumprido com as obrigações impostas, demonstrando arrependimento.

Foi analisado o conjunto de documentos constantes dos autos, tendo a ADOP comunicado, num deles, à FPC, que *«(...) apreciada a informação prestada pelo praticante desportivo, entende-se que os fundamentos invocados não são adequados, nem suficientes para afastar a sua responsabilidade, da obrigação prevista (...)»*.

Foi, ainda, oficiosamente, ouvido o Presidente da FPC, Vitor Félix, que confirmou a qualidade, nível e longevidade desportiva do Arguido, bem como a fase de indecisão pessoal vivida por este na altura dos incumprimentos, que se inclinava para o abandono da competição, o que o parece ter influenciado no descuido – nele inabitual – relativamente aos seus deveres de comunicação



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

(e apenas esses) perante a ADOP. Ultrapassada que foi essa fase de indefinição na vida pessoal do Arguido, ele demonstra no momento em que o Presidente da FPC foi ouvido a sua habitual entrega e responsabilidade, característica dos últimos vinte anos. Mais acrescentou não ter conhecimento de o Atleta, aqui Arguido, ter tido qualquer condenação em processos disciplinares nos largos anos que leva de federado.

Compulsado o material probatório carreado para os presentes autos disciplinares, resulta provada, de forma clara e inequívoca, a matéria de facto *infra* elencada. Sistematizando:

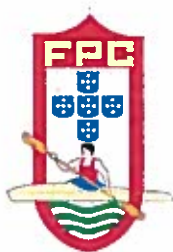
I- Factos Provados

1º. O Arguido é portador da licença federativa n.º [REDACTED]

2º. O Arguido sabia que estava obrigado ao cumprimento da legislação desportiva e normas federativas delas decorrentes, enquanto Praticante ao nível em que competia/compete, nomeadamente o Regulamento Disciplinar e o Regulamento aplicável da FPC, e a Lei Anti-Dopagem, todos em vigor;

3º. A FPC foi notificada pela ADOP no sentido de instaurar o processo disciplinar ao Arguido em razão de três incumprimentos do dever de informação deste, respetivamente nos terceiros e quarto trimestres de 2016 e no primeiro trimestre de 2017, o que fez;

4º. O Arguido não se pronunciou relativamente às razões dos dois primeiros incumprimentos referidos no ponto anterior, na sequência das notificações da ADOP para o fazer, querendo;



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

5º. O Arguido, relativamente ao terceiro incumprimento, terá enviado o relatório correspondente, o que não terá feito com os outros dois, embora o tenha feito com cinco dias de atraso (5 de janeiro de 2017);

6º. A reunião mencionada no número 12 da nota de culpa teve lugar a 9 de janeiro, quando o Arguido já se encontrava em atraso com o terceiro SILPD;

7º Ainda relativamente ao terceiro incumprimento, o Arguido procurou justificar o seu atraso mediante comunicação eletrónica à ADOP, a qual, por meio do Parecer nº6/2017, de 1 de março de 2017, da Comissão de Avaliação do Sistema de Informação sobre a Localização (CASIL), se pronunciou no sentido da constatação de mais um incumprimento ao SILPD;

8º Até ao terceiro trimestre de 2016 o Arguido sempre cumpriu com as suas obrigações de informação perante a ADOP;

9º O Arguido é praticante de canoagem há pelo menos vinte anos, representando a bandeira de Portugal pelo menos desde 2003, contribuindo para prestigiar a canoagem nacional;

10º Nunca, ao longo do período atrás referido, foi alvo de decisão condenatória em processo disciplinar;

11º A determinação de uma suspensão nesta fase da sua carreira pode obrigá-lo a afastar-se definitivamente da prática desportiva de alta competição;

12º O Arguido mostrou arrependimento, ao mesmo tempo que reconheceu os incumprimentos de que vem acusado, justificando-os com indefinições profundas vividas por si nesse período quanto à possibilidade de continuar a sua carreira, ou desistir dela;



II- FUNDAMENTAÇÃO

Ora,

Tendo em conta os três incumprimentos do dever de informação que impendia sobre o Arguido no período em análise, previsto no artigo 7º, nº1, da Portaria nº11/2013, e bem assim nas normas constantes do Regulamento de Anti-Dopagem da FPC, nomeadamente no seu artigo 5º, nº2, alínea f), artigo 12º, artigo 14º, e artigo 28º, considerados provados, encontra-se este numa situação abstratamente abrangida pelos artigos 3º, nº2, alínea f), e 56º, nº1, da Lei nº 93/2015, e bem assim no seu artigo 63º, nº2, que configura em dois anos o período de suspensão que lhe pode ser imposto.

A justificação que o Arguido apresentou para o atraso no cumprimento do seu dever de informação, aquando do primeiro trimestre de 2017, denotando claramente as dúvidas pessoais quanto ao prosseguimento da sua atividade desportiva, não deixa de revelar expressa a consciência que o Arguido tinha do seu dever, apesar de demonstrar que – pelo menos no seu espírito – se tratava de uma *obrigação instrumental* face à prática em si, menos relevante que outras obrigações e deveres inscritos na legislação e regulamentação aplicável.

Apesar desse entendimento íntimo do Arguido, evidente pelo conteúdo da sua comunicação à ADOP, a verdade é que a legislação aplicável tipifica essa obrigação com igual dignidade que outras, para além de determinar um quadro sancionatório semelhantemente relevante.

Ou seja, independentemente da subjetividade do entendimento do Arguido, a objetividade da lei impõe-se-lhe (e aos seus comportamentos).

De igual forma, o entendimento *instrumental* que o Arguido transpira relativamente às suas obrigações de informação não chega para o subsumir a uma situação de (mera) negligência, uma vez que o conteúdo da sua comunicação à ADOP – que esta aliás não reconheceu como bastante – demonstra a sua consciência (e um determinado pensamento, que faz questão de



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

deixar expresso) compatível com o entendimento de que se conformaria com o resultado que viesse a ter essa omissão – consciente - de informação ao organismo competente.

Não se pode, por isso e por fim, considerar afastado o dolo da sua ação, sendo que o arguido, nela, tinha consciência ou obrigação de saber que a prática daqueles factos constituíam infração; ainda assim, não obviou às consequências do seu comportamento e, portanto, conformou-se com a elas.

Apesar disso – o que pode não ser irrelevante no contexto da avaliação da sanção em concreto – parece não poder dizer-se que o seu grau de culpabilidade seja especial e conscientemente intenso, na medida em que (e apenas), no período em causa, atravessava uma fase perturbadora de indefinição quanto ao prosseguimento da sua carreira que, tendo em conta a sua duração e intensidade, absorve parte importante do seu quotidiano (da sua vida), e que no caso terá afetado subjetivamente o quadro das prioridades das suas obrigações ou das consequências do seu incumprimento, perante a possibilidade de – definitivamente – abandonar a carreira de alta competição, para a qual objetivamente e a um nível nacional (porque internacional também) tanto contribuiu.

Destarte,

Cumpra assim ao Conselho de Disciplina da FPC, face ao exposto, analisar a graduar a medida (pelo menos proposta) da sanção a aplicar, tendo em conta o caso presente e as eventuais circunstâncias agravantes ou atenuantes passíveis de ser consideradas.

Não se encontram circunstâncias agravantes.

Como circunstâncias atenuantes o Arguido apresenta a confissão dos factos, a ausência de condenações antecedentes e relevante prestação anterior ao serviço do Desporto.

O legislador, na Lei nº 93/2015, de 13 de agosto, parece ter sido sensível à compatibilização entre os deveres dos atletas, a que o exemplo que estes constituem para o comum dos cidadãos



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

não escapa; a necessidade de atender à situação subjetiva em concreto, sobretudo num quadro de grande esforço (e consequente esgotamento ou fases de indefinição e dúvida) que a alta competição sempre acarreta (efetivamente são poucos, sempre poucos, os que almejam alcançar o patamar das competições internacionais e apuramentos olímpicos em particular, e entregar-se ao treino e aperfeiçoamento físico permanente, adaptado a determinada modalidade).

Esta conclusão será tanto mais evidente porquanto o legislador chega mesmo a prever a redução do período de suspensão no caso de o atleta não ter «*culpa significativa*» ou não ter sido «*significativamente negligente*» (cf. o artigo 67º, n.º 3, do referido diploma legal).

Mais, mesmo nos casos de consumo de «*substâncias específicas ou produtos contaminados*» (cf. o número 4 do citado artigo), o legislador previu uma ampla hipótese de redução da sanção, que pode ir até à «*advertência*». Note-se que, no caso em apreço, estamos muitíssimo longe deste tipo de infração.

Vale a pena ainda, para compreender o alcance da volatilidade da sanção aplicável em concreto a cada caso, realçar o facto de se encontrar previsto na referida Lei a possibilidade de suspensão de parte da suspensão, pela entidade responsável, quando o atleta contribuir para a descoberta de outras práticas anti-doping (por parte de outras pessoas) – cf. o número 5 do citado artigo.

Ora, *in casu*, *quid juris*?

Considerando:

A natureza do dever a que o Arguido estava adstrito, previsto no artº 7º, nº1, da Portaria nº11/2013, 11 de janeiro e nos artigos 12º e 14º do Regulamento anti-doping da FPC;

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

O incumprimento desse dever de informação/atualização SILPD, prontamente confessado pelo Arguido na sua Defesa, punível por via do artigo 28º do Regulamento Anti-doping da FPC e os artigos 56º, n.º 1, e 63º, n.º 2, alínea a), do citado diploma legislativo;

As circunstâncias atenuantes aplicáveis ao caso, nos termos e para os efeitos do ponto 4.3 do Regulamento Disciplinar da FPC, v.g. o contributo do atleta para o Desporto e para a modalidade em particular ao longo dos anos, e a fase da vida em que se encontra;

O grau contido de culpabilidade, fruto da fase perturbadora quanto ao futuro da carreira e à confusão desta com a própria vida quotidiana, que atravessou na altura dos factos;

Que, especificamente no terceiro período (primeiro trimestre de 2017) o Arguido, embora com cinco dias de atraso, procurou dar resposta à sua obrigação de informação;

O arrependimento demonstrado, propõe-se:

IV – PROPOSTA FINAL DE DECISÃO PUNITIVA DO ARGUIDO

Em face de todo o supra exposto, analisada toda a factualidade típica que constitui o presente processo disciplinar, examinada criticamente a prova produzida, e subsumidos que foram os factos apurados ao Direito aplicável, considerando as infrações disciplinares em apreço, a sua punibilidade, e que é culposos - embora com uma intensidade aquém do significativo - o comportamento do Arguido, propõe-se, nos termos e para os efeitos do disposto nos pontos 9.1 e 9.2 do ponto 9 do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Canoagem, **que o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem delibere:**

1 - A aplicação ao Arguido [REDACTED] da sanção disciplinar de SUSPENSÃO DA ATIVIDADE DESPORTIVA POR UM ANO, a contar da data de hoje, consolidando a deliberação já tomada sobre esta matéria, uma vez que foi obtida a adesão da ADOP à proposta do Conselho de Disciplina, conforme previsto e regulamentado nos



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

artigos 39º, nº3, e 44º, do Regulamento Disciplinar da FPC e nos números 1 e 3 do artigo 67º (considerando-se igualmente o art.º 63º, nº2, alínea a)) da Lei nº93/2015, de 13 de agosto);

2 – A notificação ao Atleta, agora Arguido, da presente decisão;

3 – A notificação da presente decisão ao Senhor Presidente da FPC, para os devidos efeitos;

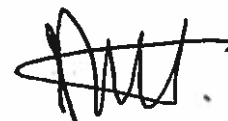
4 – O envio da presente decisão, em cópia, ao Senhor Presidente da ADOP, para conhecimento.

Vila Franca de Xira, 4 de junho de 2018

O Vogal relator,



Renato Gonçalves



10

10

10

10

10

10